

***Demonstrações contábeis  
consolidadas***

***Petróleo Brasileiro S.A. -  
PETROBRAS e Subsidiárias***

*30 de junho de 2007 e 2006 com Relatório de  
Revisão dos Auditores Independentes  
Registrados no Conselho de Supervisão de  
Contabilidade das Companhias Abertas nos  
Estados Unidos da América (PCAOB)*

(Tradução livre do original em inglês)

(Tradução livre do original em inglês)

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. -PETROBRAS  
E SUBSIDIÁRIAS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Índice

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB .....	3
Balancos Patrimoniais Consolidados .....	4
Demonstrações Consolidadas do Resultado .....	7
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa .....	9
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas .....	14
1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	14
2. Práticas Contábeis Adotadas Recentemente.....	15
3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos.....	15
4. Imposto de Renda e Contribuição Social .....	19
5. Estoques.....	23
6. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal.....	23
7. Financiamentos.....	24
8. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas.....	28
9. Projetos Estruturados.....	29
10. Arrendamento Mercantil .....	31
11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios.....	32
12. Patrimônio Líquido.....	36
13. Compromissos e Contingências .....	39
14. Informações sobre Segmentos de Negócios .....	41
15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia .....	49
16. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela.....	51
17. Aquisição da Ipiranga.....	52
18. Eventos Subseqüentes .....	55

## Relatório de revisão dos auditores independentes registrados no PCAOB (\*)

(Tradução livre do original em inglês)

Ao Conselho de Administração e Acionistas  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Efetuamos uma revisão do balanço patrimonial condensado consolidado da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (e suas controladas) levantado em 30 de junho de 2007, e das respectivas demonstrações condensadas consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, correspondentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006. As demonstrações contábeis condensadas consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board). Uma revisão de demonstrações contábeis em períodos intermediários consiste principalmente da aplicação de procedimentos de revisão analítica e indagações feitas aos responsáveis por assuntos contábeis e financeiros. O escopo desta revisão é substancialmente menor do que uma auditoria conduzida de acordo com as normas estabelecidas pelo PCAOB (Estados Unidos), cujo objetivo é emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Conseqüentemente, não emitimos uma opinião.

Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis condensadas consolidadas acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos.

KPMG Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil  
5 de setembro de 2007

*\*Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - "Public Company Accounting Oversight Board").*

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS**  
30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos

	<u>30 de junho de 2007</u> (não auditada)	<u>31 de dezembro de 2006</u> (Nota 1)
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes a caixa	9.007	12.688
Títulos e valores mobiliários	270	346
Contas a receber, líquidas	6.328	6.311
Estoques (Nota 5)	7.689	6.573
Imposto de renda diferido	651	653
Impostos a recuperar	2.982	2.593
Adiantamentos a fornecedores	1.116	948
Outros ativos circulantes	1.137	843
	<u>29.180</u>	<u>30.955</u>
<b>Imobilizado, líquido</b>	<u>69.479</u>	<u>58.897</u>
<b>Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos</b>	<u>3.614</u>	<u>3.262</u>
<b>Outros ativos</b>		
Contas a receber, líquidas	1.016	513
Adiantamentos a fornecedores	934	852
Conta Petróleo e Álcool - créditos junto ao Governo Federal (Nota 6)	412	368
Títulos governamentais	657	479
Títulos e valores mobiliários	165	94
Depósitos vinculados a processos judiciais e garantias (Nota 13)	879	816
Impostos a recuperar	1.837	1.292
Imposto de renda diferido	74	61
Ágio	251	243
Despesas antecipadas	244	244
Estoques (Nota 5)	221	210
Outros ativos	641	394
	<u>7.331</u>	<u>5.566</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>109.604</u></u>	<u><u>98.680</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto pelo número de ações)

	<b>30 de junho de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
	<b>(não auditada)</b>	<b>(Nota 1)</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	<b>6.189</b>	5.418
Financiamentos de curto prazo (Nota 7)	<b>1.088</b>	1.293
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (Nota 7)	<b>1.857</b>	2.106
Parcela circulante dos projetos estruturados (Nota 9)	<b>2.046</b>	2.182
Parcela circulante das obrigações de arrendamento mercantil (Nota 10)	<b>213</b>	231
Juros provisionados	<b>297</b>	247
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<b>369</b>	235
Impostos a pagar, exceto imposto de renda e contribuição social	<b>3.638</b>	3.122
Imposto de renda diferido	<b>4</b>	8
Salários e encargos sociais	<b>1.591</b>	1.192
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	<b>1.139</b>	3.693
Contingências (Nota 13)	<b>53</b>	25
Adiantamentos de clientes	<b>445</b>	880
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de pensão (Nota 11)	<b>223</b>	198
Outras contas a pagar e provisões	<b>1.184</b>	956
	<b>20.336</b>	21.786
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Financiamentos de longo prazo (Nota 7)	<b>10.412</b>	10.510
Projetos estruturados (Nota 9)	<b>3.731</b>	4.192
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 10)	<b>695</b>	824
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de pensão (Nota 11)	<b>5.436</b>	4.645
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de saúde (Nota 11)	<b>6.369</b>	5.433
Imposto de renda diferido	<b>3.109</b>	2.916
Provisão para abandono de poços	<b>1.748</b>	1.473
Contingências (Nota 13)	<b>222</b>	208
Outros passivos	<b>620</b>	428
	<b>32.342</b>	30.629
Participação minoritária	<b>2.159</b>	1.966

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Em milhões de dólares norte-americanos (exceto pelo número de ações)

	30 de junho de 2007	31 de dezembro de 2006
	(não auditada)	(Nota 1)
<b>Patrimônio líquido (Nota 12)</b>		
Ações autorizadas e emitidas		
Ações preferenciais - 2007 e 2006 - 1.850.364.698 ações	8.620	7.718
Ações ordinárias - 2007 e 2006 - 2.536.673.672 ações	12.196	10.959
Reserva de capital	668	174
Lucros acumulados		
Apropriados	24.036	23.704
A apropriar	12.930	10.541
Outros resultados abrangentes acumulados		
Ajustes de conversão acumulados	(917)	(6.202)
Ajustes de reservas de benefícios, pós-aposentadoria, líquidos de impostos (US\$1.172 e US\$1.058 em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente) - Plano de pensão (Nota 11)	(2.276)	(2.052)
Ajustes de reservas de benefícios, pós-aposentadoria, líquidos de impostos (US\$564 e US\$508 em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente) - Plano de saúde (Nota 11)	(1.095)	(987)
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos (US\$311 e US\$230 em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente)	604	446
Perda não reconhecida no "hedge" de fluxo de caixa, líquida de impostos	1	(2)
	<u>54.767</u>	<u>44.299</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><u>109.604</u></u>	<u><u>98.680</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO**

30 de junho de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto a quantidade e valores por ação)

(Não auditado)

	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30 de junho de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Vendas de produtos e serviços</b>	<b>50.213</b>	43.775
Menos:		
ICMS e outros impostos sobre vendas e serviços	<b>(9.382)</b>	(8.540)
Contribuição de intervenção do domínio econômico - CIDE	<b>(1.867)</b>	(1.714)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>38.964</b>	33.521
Custo das vendas	<b>21.453</b>	17.244
Depreciação, exaustão e amortização	<b>2.539</b>	1.633
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	<b>506</b>	301
Despesas de vendas, gerais e administrativas	<b>2.706</b>	2.292
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	<b>398</b>	339
Outras despesas operacionais	<b>1.312</b>	272
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>28.914</b>	22.081
Participação no resultado de empresas não consolidadas	<b>75</b>	57
Receita financeira (Nota 8)	<b>673</b>	401
Despesa financeira (Nota 8)	<b>(460)</b>	(896)
Variações monetárias e cambiais sobre os ativos e passivos monetários, líquidas (Nota 8)	<b>(313)</b>	159
Despesa com benefícios aos participantes aposentados	<b>(467)</b>	(508)
Outros tributos	<b>(309)</b>	(287)
Outras despesas, líquidas	<b>28</b>	(32)
	<b>(773)</b>	(1.106)
<b>Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária</b>	<b>9.277</b>	10.334

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (Continuação)

30 de junho de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto a quantidade e valores por ação)

(Não auditado)

	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30 de junho de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Despesa de imposto de renda (Nota 4)</b>		
Corrente	(2.750)	(3.225)
Diferido	148	(265)
	<u>(2.602)</u>	<u>(3.490)</u>
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	<u>(182)</u>	<u>(330)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b><u>6.493</u></b>	<b><u>6.514</u></b>
<b>Lucro líquido aplicável a cada classe de ações</b>		
Ordinárias	3.754	3.767
Preferenciais	<u>2.739</u>	<u>2.747</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b><u>6.493</u></b>	<b><u>6.514</u></b>
<b>Lucro básico e diluído por: (Nota 12)</b>		
Ação Ordinária e Preferencial	1.48	1.49
ADS Ordinárias e Preferenciais	2.96	2.98 (*)
<b>Média ponderada da quantidade de ações em circulação</b>		
Ordinárias	2.536.673.672	2.536.673.672
Preferenciais	<u>1.850.364.698</u>	<u>1.849.478.028</u>

(\*) Atualizado considerando o efeito da alteração da relação entre as ações emitidas em nome da Companhia e os "American Depositary Shares" - ADS, em 2 de julho de 2007 (Veja Nota 12).

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

30 de junho de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Não auditado)

	Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2007	2006
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	6.493	6.514
Ajustes para conciliação do lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação, exaustão e amortização	2.539	1.633
Custos com poços secos	66	147
Perda na venda de imobilizado	100	76
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(148)	265
Participação em resultados de empresas não consolidadas	(75)	(57)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	182	330
(Ganhos)/ perdas cambiais e monetárias	343	(294)
Despesas financeiras de operações de “ <i>hedge</i> ” para gás natural	-	499
Outros	49	2
<b>Redução (aumento) no ativo:</b>		
Contas a receber, líquidas	(299)	1.485
Títulos e valores mobiliários	49	93
Estoques	(276)	(1.463)
Impostos a recuperar	(590)	(365)
Adiantamentos a fornecedores	366	(242)
Outros	(58)	(183)
<b>Aumento (redução) no passivo:</b>		
Contas a pagar a fornecedores	489	496
Salários e encargos sociais	258	(70)
Impostos a pagar, exceto impostos de renda	163	35
Imposto de renda e contribuição social a pagar	128	268
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria aos funcionários, líquidas de pensão a reconhecer	579	608
Adiantamentos de clientes	(3)	(250)
Outros passivos	323	(345)
<b>Caixa líquido gerado por atividades operacionais</b>	<b>10.678</b>	<b>9.182</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA (Continuação)  
30 de junho de 2007 e 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Não auditado)

---

	<b>Período de seis meses findo em 30 de junho de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado	(8.867)	(5.979)
Investimento no Grupo Ipiranga	(365)	-
Outros	196	201
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(9.036)</b>	<b>(5.778)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Financiamentos de curto prazo, líquidos de captações e repagamentos	(256)	91
Captações de financiamentos a longo prazo	1.201	217
Pagamentos de principal sobre financiamentos de longo prazo	(1.998)	(651)
Captações de projetos estruturados	210	504
Pagamentos relativos a projetos estruturados	(1.311)	(452)
Pagamentos de obrigações de arrendamento mercantil	(146)	(152)
Dividendos pagos aos acionistas	(3.846)	(3.078)
Dividendos pagos a acionistas minoritários	(74)	(32)
<b>Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento</b>	<b>(6.220)</b>	<b>(3.553)</b>
Redução de caixa e equivalentes a caixa	(4.578)	(149)
Efeito das variações cambiais sobre caixa e equivalentes a caixa	897	663
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	12.688	9.871
<b>Caixa e equivalentes a caixa no final do período</b>	<b>9.007</b>	<b>10.385</b>
<b>Informações suplementares do fluxo de caixa:</b>		
<b>Valores pagos durante o período para:</b>		
Juros	672	609
Imposto de renda e contribuição social	2.489	2.665
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	17	23

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

30 de junho de 2007 e 2006

Em milhões de dólares norte-americanos

(Não auditado)

	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30 de junho</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Ações preferenciais</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>7.718</b>	4.772
Aumento de capital com a reserva de lucros não distribuídos	<b>902</b>	2.939
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>8.620</b>	7.711
<b>Ações ordinárias</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>10.959</b>	6.929
Aumento de capital com a reserva de lucros não distribuídos	<b>1.237</b>	4.030
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>12.196</b>	10.959
<b>Reserva de capital - incentivos fiscais</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>174</b>	159
Transferência de lucros acumulados não apropriados	<b>494</b>	13
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>668</b>	172
<b>Outros resultados negativos abrangentes acumulados</b>		
<b>Ajustes de conversão acumulados</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>(6.202)</b>	(9.432)
Varição no período	<b>5.285</b>	2.658
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>(917)</b>	(6.774)
<b>Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de pensão</b>		
Saldo em 1º de janeiro	<b>(2.052)</b>	(1.930)
Varição no período	<b>(224)</b>	(159)
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>(2.276)</b>	(2.089)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO (Continuação)  
30 de junho de 2007 e 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Não auditado)

---

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho	
	2007	2006
<b>Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – plano de saúde</b>		
Saldo em 1º de janeiro	(987)	-
Varição no período	(108)	-
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>(1.095)</b>	-
<b>Ganhos a apropriar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos</b>		
Saldo em 1º de janeiro	446	356
Ganhos a realizar	239	(76)
Efeito tributário	(81)	25
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>604</b>	305
<b>Perda não reconhecida em hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos</b>		
Saldo em 1º de janeiro	(2)	-
Mudança no período	3	-
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>1</b>	-
<b>Lucros acumulados apropriados</b>		
Reserva legal		
Saldo em 1º de janeiro	3.045	2.225
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	335	181
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>3.380</b>	2.406

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO  
LÍQUIDO (Continuação)  
30 de junho de 2007 e 2006  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Não auditado)

	Período de seis meses findo em 30 de junho	
	2007	2006
<b>Reserva de lucros a distribuir</b>		
Saldo em 1º de janeiro	20.074	17.439
Aumento de capital	(1.647)	(6.969)
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	2.103	1.454
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>20.530</b>	<b>11.924</b>
<b>Reserva estatutária</b>		
Saldo em 1º de janeiro	585	431
Aumento de capital	(492)	-
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	33	35
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>126</b>	<b>466</b>
<b>Total de lucros acumulados apropriados</b>	<b>24.036</b>	<b>14.796</b>
<b>Lucros acumulados a apropriar</b>		
Saldo em 1º de janeiro	10.541	11.968
Lucro líquido do período	6.493	6.514
Juros sobre capital próprio	(1.139)	-
Apropriação (para) reserva de incentivos fiscais	(494)	(13)
Apropriação (para) reservas	(2.471)	(1.670)
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>12.930</b>	<b>16.799</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>54.767</b>	<b>41.879</b>
<b>O lucro abrangente é composto como segue:</b>		
Lucro líquido do período	6.493	6.514
Ajustes acumulados de conversão	5.285	2.658
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de pensão	(224)	(159)
Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de saúde	(108)	-
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para venda	158	(51)
<b>Lucro abrangente total</b>	<b>11.604</b>	<b>8.962</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis consolidadas não auditadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (a Companhia) foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) e com as normas e regulamentações promulgadas pela Comissão Norte-Americana de Valores Mobiliários e Câmbio (“*Securities and Exchange Commission*” - SEC) aplicáveis às demonstrações contábeis interinas. Assim, estas demonstrações contábeis não apresentam todas as informações e notas explicativas exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos para demonstrações contábeis completas. Estas demonstrações contábeis consolidadas não auditadas e suas respectivas notas explicativas devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas notas explicativas.

Embora tenha sido originado das demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de 2006, o balanço patrimonial levantado naquela data não apresenta todas as informações e notas explicativas exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos para demonstrações contábeis completas.

As demonstrações contábeis consolidadas em 30 de junho de 2007 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006, incluídas neste relatório, não foram auditadas. Entretanto, a Administração acredita que tais demonstrações contábeis consolidadas refletem todos os ajustes recorrentes necessários a uma adequada apresentação. Os resultados apresentados em períodos interinos não indicam necessariamente uma tendência de resultados a serem esperados para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2007.

A elaboração destas demonstrações contábeis exige a adoção de estimativas e premissas que afetam a determinação dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgados nas demonstrações contábeis, bem como os valores apresentados nas respectivas notas explicativas.

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações do período atual. Estas reclassificações não afetaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

# **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

## **1. Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis (Continuação)**

De acordo com a Norma 436 (c) da Lei de Valores Mobiliários Norte-americana (“*Securities Act*”) de 1933, este documento não se trata de um “relatório” e não deve ser considerado como parte de qualquer demonstração para fins de arquivamento e que tenha sido preparado ou certificado segundo os termos dos artigos 7 e 11 da referida Lei. Portanto, a responsabilidade dos auditores independentes segundo o artigo 11 da Lei não se aplica às informações aqui apresentadas.

## **2. Práticas Contábeis Adotadas Recentemente**

### **a) Interpretação FASB No. 48, Contabilização para Incertezas no Imposto de Renda, uma Interpretação do Pronunciamento FASB 109 (FIN 48)**

Em julho de 2006, o FASB divulgou a FIN 48, que passou a vigorar efetivamente em 1º de janeiro de 2007 (veja Nota 4).

## **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos**

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das “*commodities*” possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou os fluxos de caixa e lucros futuros da Companhia. A Companhia mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão de seus diretores.

A Companhia pode utilizar instrumentos derivativos e não-derivativos para implementar sua estratégia global de gerenciamento de riscos. Entretanto, ao utilizar instrumentos derivativos, a Companhia se expõe aos riscos de crédito e de mercado. Riscos de crédito consistem no não cumprimento dos termos do contrato derivativo por uma contraparte. Risco de mercado é o possível efeito adverso sobre o valor de um ativo ou passivo, incluindo instrumentos financeiros, que resultam de uma alteração nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das “*commodities*”. A Companhia monitora os riscos de crédito limitando as contrapartes de instrumentos financeiros derivativos às instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de mercado são gerenciados pelos diretores da Companhia. A Companhia não mantém nem tampouco emite instrumentos financeiros para fins comerciais.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)**

#### **a) Gerenciamento de riscos cambiais**

A estratégia adotada pela Companhia para o gerenciamento de risco de moeda estrangeira pode envolver o uso de instrumentos derivativos para reduzir sua exposição à volatilidade das taxas de câmbio, que podem impactar o valor de algumas de suas obrigações. A fim de implementar essa estratégia, a Companhia utiliza operações de “*hedge*” denominadas “*Zero Cost Collar*”.

O valor justo das opções de compra do “zero cost collars” da Companhia em 30 de junho de 2007 era de US\$25 (US\$21 em 31 de dezembro de 2006) e as opções de venda possuíam o valor justo de zero em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

Em 30 de junho de 2007, a subsidiária Petrobras Energia Participaciones S.A. - PEPSA teve vendas a termo de dólares norte-americanos em troca por pesos argentinos. Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006, a PEPSA reconheceu lucros para esses contratos de zero e US\$1, respectivamente. Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, o valor de face dos contratos efetivos totalizou US\$10 e US\$18, respectivamente, à taxa de câmbio média de 3,25 e 3,26 pesos argentinos por dólar norte-americano respectivamente. Sem considerar as operações mencionadas acima, em 30 de junho de 2007, a PEPSA não teve quaisquer outras posições em instrumentos derivativos.

#### **b) Gerenciamento de risco dos preços de “*commodities*”**

Petróleo e derivados

A Companhia está exposta a riscos dos preços de “*commodities*” devido à flutuação dos preços de petróleo bruto e derivados de petróleo. As operações para reduzir a exposição da Companhia aos riscos de preços de “*commodities*” consistem basicamente de contratos de futuros negociados em bolsas de valores e de opções e “*swaps*” firmados com instituições financeiras de primeira linha. Os contratos de futuros envolvem compras e vendas antecipadas de petróleo bruto, geralmente para períodos de 30 a 360 dias, de forma a reduzir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços de “*commodities*”.



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)**

#### **b) Gerenciamento de risco dos preços de “commodities”(Continuação)**

Petróleo e derivados (Continuação)

A exposição da Companhia nesses contratos está limitada à diferença entre o valor do contrato e o valor de mercado sobre os volumes contratados. Os contratos futuros relativos a petróleo bruto possuem marcação a mercado e os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período corrente independentemente do momento em que ocorrem as vendas físicas do óleo bruto. Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006, a Companhia efetuou operações de “*hedge*” econômico para 46,1% e 21,6%, respectivamente, do volume total comercializado (importações e exportações).

As posições em aberto nos mercados futuros, comparadas com o valor de mercado à vista, resultaram em perdas reconhecidas de US\$12 e US\$10 durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006, respectivamente.

#### **c) Gerenciamento de risco de taxa de juros**

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é decorrente de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de sua dívida de curto prazo. A dívida da Companhia referente às taxas de juros flutuantes em moeda estrangeira está sujeita principalmente às flutuações da LIBOR e a dívida referente às taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita principalmente às flutuações da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Entretanto, a Companhia está analisando vários tipos de instrumentos derivativos destinados a reduzir sua exposição aos riscos de flutuações da taxa de juros e poderá utilizá-los no futuro.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)**

#### **d) “Hedge” de fluxo de caixa**

Em setembro de 2006, a PifCo contratou uma operação de “swap” de moedas segundo a qual converteu pagamentos de principal e juros em títulos “bond” denominados em Yenes por dólares norte-americanos. De acordo com o U.S. GAAP, “hedges” de fluxo de caixa em moeda estrangeira só podem ser designados como tais quando cobrem o risco para a moeda funcional da entidade, e portanto, esse “cross currency swap” é qualificado para designação contábil de “hedge”, considerando que a moeda funcional da PifCo é o dólar norte-americano, e a avaliação da eficácia do “hedge” indica que a modificação no valor justo de mercado do instrumento de “hedging” designado é altamente eficaz.

O item protegido pelo “hedge” é um título de ¥ 35 bilhões com prazo de dez anos, e com cupons semestrais de 2,15% a.a. O instrumento do “hedge” é um “swap” de moedas com dez anos de prazo, mediante o qual paga-se dólares norte-americanos e recebe-se ienes japoneses nas mesmas condições dos títulos em ienes. Foi realizado o teste de eficácia no início da vigência do “hedge” com base no método derivativo hipotético. Será realizado o teste de eficácia a cada trimestre.

Compensa-se o ganho ou perda da operação decorrente da remensuração dos títulos em ienes com a reclassificação relativa à remensuração do item protegido pelo “hedge”, a taxas à vista de outras receitas abrangentes para receitas. O “swap” de moedas em 30 de junho de 2007 tinha o preço de mercado de (US\$15) devido à desvalorização do iene japonês contra o dólar norte-americano, desde a vigência do instrumento. Não houve reconhecimento de receitas durante o exercício por falta de eficácia de operações de “hedge”.

#### **e) Instrumento derivativo utilizado em operações de gás natural**

No tocante ao contrato de longo prazo para a compra de gás (“*The Gas Supply Agreement*” - GSA) que visa ao abastecimento de usinas termelétricas e a outros usos no Brasil, a Companhia firmou, com a Empresa Petrolera ANDINA, uma produtora de gás na Bolívia, um contrato que se caracteriza como um instrumento financeiro derivativo de acordo com o Pronunciamento SFAS 133. Este contrato, o Contrato de Redução da Volatilidade de Preços do Gás Natural (“*Natural Gas Price Volatility Reduction Contract*” - “PVRC”), tem por objetivo reduzir os efeitos da volatilidade do preço relativo ao GSA.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **3. Instrumentos Derivativos, “Hedging” e Gerenciamento de Riscos (Continuação)**

#### **e) Instrumento derivativo utilizado em operações de gás natural (Continuação)**

Os termos do PVRC incluíam um limitador de preço (“collar”) para o período de 2005 a 2019 em que a Companhia recebe pagamentos da contraparte quando o valor apurado ultrapassa o teto estabelecido e efetua pagamentos à contraparte quando o valor apurado encontra-se abaixo do piso estabelecido, sem a existência de pagamentos quando o preço se mantém entre o máximo e mínimo.

Em virtude da Lei dos Hidrocarbonetos da Bolívia (veja Nota 15), a outra parte envolvida no contrato PVRC contestou o contrato, alegando, entre outros motivos, força maior e ônus excessivo. Como resultado a Companhia ajustou ao valor justo os ativos e passivos relativos ao PVRC por meio do reconhecimento de despesas financeiras de US\$328 durante o primeiro trimestre de 2006 em consequência do aumento dos impostos na Bolívia.

Em 12 de agosto de 2006, as partes concordaram em cancelar o PVRC. Como consequência, em 14 de agosto de 2006, a Companhia recebeu US\$41, reconheceu como prejuízo as contas a receber relativas ao PVRC no montante de US\$77 e reconheceu como prejuízo o ativo remanescente ao valor justo de US\$94, em decorrência do cancelamento do contrato.

### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Impostos de renda no Brasil compreendem imposto de renda federal e contribuição social, que é um imposto de renda federal adicional. As alíquotas fiscais estatutárias sancionadas para imposto de renda e contribuição social foram de 25% e 9%, respectivamente para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006.

A receita tributável da Companhia é substancialmente gerada no Brasil e está portanto sujeita à alíquota fiscal estatutária brasileira.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

Em julho de 2006, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu a Interpretação da FASB Nº 48 (FIN-48), “Contabilização para Incertezas no Imposto de Renda, uma interpretação do Pronunciamento FASB Nº 109” (FIN 48). Essa Interpretação estabelece diretrizes sobre reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas a posições fiscais incertas. Uma posição fiscal incerta deve ser reconhecida quando a probabilidade de sustentação for mais provável do que não quando examinada pela autoridade fiscal. A Companhia adotou essa Interpretação efetivamente em 1º de janeiro de 2007. A adoção não teve impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras.

A Companhia e suas subsidiárias arquivam declarações de Imposto de Renda na jurisdição brasileira e em diversas jurisdições estrangeiras. As fiscalizações nas jurisdições mais importantes foram geralmente finalizadas até 2001. A Companhia classifica os juros sobre imposto de renda como despesa ou receita de juros e as multas como despesas operacionais. Em 1º de janeiro de 2007, a Companhia não possuía nenhuma provisão significativa de juros e multas a pagar.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

A tabela a seguir reconcilia o imposto calculado com base em alíquotas fiscais estatutárias à despesa com imposto de renda registrada nessas demonstrações contábeis consolidadas:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de	
	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária		
Brasil	8.616	9.878
Internacional	661	456
	<u>9.277</u>	<u>10.334</u>
Despesa de imposto de renda às alíquotas oficiais - (34%)	(3.154)	(3.514)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Benefícios pós-aposentadoria e plano de saúde não dedutíveis	(144)	(96)
Benefício fiscal dos juros sobre capital próprio (veja Nota 12)	365	-
Incentivo fiscal (1)	494	-
Outros	(163)	120
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração consolidada do resultado	<u>(2.602)</u>	<u>(3.490)</u>

(1) Se refere aos incentivos no Nordeste, no âmbito da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que concedem uma redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas. Até 30 de junho de 2007, esse incentivo totalizava US\$494 e foi contabilizado pelo método de alocação integral no resultado ("flow through method").

Em 10 de maio de 2007, a Receita Federal do Brasil reconheceu o direito da Petrobras reduzir esse incentivo do imposto de renda devido, compreendendo os períodos-base de 2006 até 2015.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **4. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

A tabela a seguir demonstra as despesas com imposto de renda (benefício) e contribuição social nacional e internacional registradas nestas demonstrações contábeis consolidadas:

	<b>Período de seis meses findo em 30 de junho de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Despesa com imposto de renda conforme demonstração consolidada de resultado		
Brasil		
Corrente	<b>(2.647)</b>	(3.091)
Diferido	<b>179</b>	(262)
	<b>(2.468)</b>	(3.353)
Internacional		
Corrente	<b>(103)</b>	(134)
Diferido	<b>(31)</b>	(3)
	<b>(134)</b>	(137)
	<b>(2.602)</b>	(3.490)

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### **5. Estoques**

	<b>30 de junho de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
Produtos		
Derivados de petróleo	<b>2.392</b>	2.220
Álcool combustível	<b>186</b>	160
	<b>2.578</b>	2.380
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto	<b>3.609</b>	2.989
Materiais e suprimentos	<b>1.539</b>	1.274
Outros	<b>184</b>	140
	<b>7.910</b>	6.783
Estoque circulante	<b>7.689</b>	6.573
Estoque de longo prazo	<b>221</b>	210

#### **6. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal**

O quadro abaixo resume as movimentações na Conta Petróleo e Álcool no período de seis meses findo em 30 de junho de 2007:

	<b>Período de seis meses findo em 30 de junho de 2007</b>
Saldo inicial	<b>368</b>
Receita financeira	<b>4</b>
Ganho na conversão	<b>40</b>
Saldo final	<b>412</b>

A Petrobras após ter fornecido todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está em articulação com esta Secretaria buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes, para concluir o encontro de contas, de acordo com o previsto na Medida Provisória Nº 2.181, de 24 de agosto de 2001.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **6. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal (Continuação)**

O saldo remanescente da Conta Petróleo e Álcool poderá ser pago da seguinte forma: (1) Títulos do Tesouro Nacional emitidos no mesmo valor que o do saldo final da Conta Petróleo e Álcool; (2) compensação do saldo da Conta Petróleo e Álcool com quaisquer outros valores que possam ser devidos pela Companhia ao Governo Federal, incluindo impostos; ou (3) uma combinação das opções acima.

#### **7. Financiamentos**

##### **a) Financiamentos de curto prazo**

Os financiamentos de curto prazo da Companhia foram obtidos principalmente de bancos comerciais e incluem financiamento de importações e exportações em dólares norte-americanos, apresentados como segue:

	<u>30 de junho de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Importações - petróleo e equipamentos	52	148
Capital de giro	<u>1.036</u>	<u>1.145</u>
	<u><u>1.088</u></u>	<u><u>1.293</u></u>

A média ponderada das taxas de juros anuais dos empréstimos de curto prazo em aberto, em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, era de 4,66% e de 4,68%, respectivamente.



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 7. Financiamentos (Continuação)

##### b) Financiamentos de longo prazo

- Composição

	<u>30 de junho de 2007</u>	<u>31 dezembro de 2006</u>
Moeda estrangeira		
Notas	3.303	4.217
Instituições financeiras	3.836	3.550
Securitização de recebíveis	647	680
Créditos junto a fornecedores	1.532	1.215
Senior Notes negociáveis	330	330
Ativos relacionados ao programa de exportação a serem compensados com a venda de recebíveis futuros	(150)	(150)
Títulos recomprados (1)	-	(19)
	<u>9.498</u>	<u>9.823</u>
Moeda local		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES (companhia estatal)	636	865
Debêntures:		
BNDES (companhia estatal)	699	626
Outros bancos	1.231	1.093
Outros	205	209
	<u>2.771</u>	<u>2.793</u>
Total	12.269	12.616
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo	<u>(1.857)</u>	<u>(2.106)</u>
	<u>10.412</u>	<u>10.510</u>

- (1) Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía saldos investidos no exterior em um fundo exclusivo, o qual detinha títulos de algumas companhias do grupo Petrobras e de algumas SPE's consolidadas pela Companhia de acordo com a FIN 46(R), no valor total de US\$909 e US\$982, respectivamente. Esses títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos do saldo de títulos e valores mobiliários e financiamentos de longo prazo, no total de zero (US\$19 em 31 de dezembro de 2006), e de projetos estruturados de US\$909 (US\$963 em 31 de dezembro de 2006) (veja também a Nota 9). Os ganhos e perdas na extinção de títulos são reconhecidos quando incorridos. As posteriores re-emissões dos títulos por valores superiores ou inferiores ao seu valor de face são registradas como prêmios ou descontos e são amortizadas pelo prazo de vigência dos títulos. A Petrobras não reconheceu perdas na extinção da dívida durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2006 e 2007. No que tange à Oferta de Permuta, PifCo pagou US\$56 com relação à quantia acima do valor nominal dos Títulos antigos permutados. Tal quantia possuía relação com os Títulos novos, tendo sido amortizada de acordo com o método de juros efetivos. Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía um saldo em aberto de prêmios líquidos de reemissão que totalizava US\$33 e US\$45, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **7. Financiamentos (Continuação)**

#### **b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Composição dos financiamentos no exterior por moeda

	<u>30 de junho de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Moeda		
Dólar norte-americano	<b>8.648</b>	8.928
Iene japonês	<b>575</b>	626
Euro	<b>265</b>	269
Outros	<b>10</b>	-
	<u><b>9.498</b></u>	<u>9.823</u>

- Vencimentos do principal dos financiamentos de longo prazo

Em 30 de junho de 2007, os vencimentos das parcelas de longo prazo podem ser apresentados como segue:

2008	<b>666</b>
2009	<b>947</b>
2010	<b>1.812</b>
2011	<b>926</b>
2012	<b>1.483</b>
2013 em diante	<u><b>4.578</b></u>
	<u><b>10.412</b></u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **7. Financiamentos (Continuação)**

##### **b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Composição dos financiamentos de longo prazo por taxa de juros anuais

Os financiamentos de longo prazo estão sujeitos às seguintes taxas de juros anuais:

	<u>30 de junho de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
No exterior		
6% ou menos	2.523	2.373
De 6% a 8%	4.502	3.805
De 8% a 10%	2.308	3.321
De 10% a 15%	165	324
	<u>9.498</u>	<u>9.823</u>
No país		
6% ou menos	478	470
De 6% a 8%	-	167
De 8% a 10%	912	858
De 10% a 15%	1.381	1.298
	<u>2.771</u>	<u>2.793</u>
	<u>12.269</u>	<u>12.616</u>

#### **Global Notes - PifCo**

A subsidiária Petrobras International Finance Company - PifCo concluiu oferta de troca de títulos, com liquidação da operação, em 07 de fevereiro de 2007. Como resultado, a PifCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$399 (valor de face). Os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e, como resultado, a PifCo emitiu, na data de liquidação da operação, novos títulos com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$399, os quais constituem uma emissão única e fungível com os US\$500 lançados em 6 de outubro de 2006, totalizando US\$899 em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PifCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$56 como resultado da oferta para troca dos títulos. A transação foi tratada como uma troca para fins de demonstrações contábeis e dessa maneira, os US\$56 serão amortizados como despesa de juros ao longo da vida útil dos novos títulos de acordo com o método de juros efetivos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **7. Financiamentos (Continuação)**

##### **b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

Títulos - Pesa

Em 7 de maio de 2007, a Petrobras Energia S.A. (Pesa), empresa indiretamente controlada pela Petrobras, emitiu títulos no valor total de US\$300 com prazo de 10 anos e 5,875% a.a. de juros. Os juros serão pagos semestralmente, e o principal em uma única parcela no vencimento. A emissão foi realizada nos mercados argentino e internacional.

#### **8. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas**

As receitas financeiras, despesas financeiras e as variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas, apropriadas ao resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006, estão demonstradas abaixo:

	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30 de junho de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos	<b>(523)</b>	(544)
Juros capitalizados	<b>590</b>	460
Projetos estruturados	<b>(268)</b>	(213)
Arrendamento mercantil	<b>(44)</b>	(56)
Perdas sobre instrumentos derivativos	<b>(76)</b>	(499)
Outras	<b>(139)</b>	(44)
	<b>(460)</b>	(896)
Receitas financeiras		
Investimentos	<b>322</b>	102
Clientes	<b>71</b>	114
Títulos governamentais	<b>23</b>	54
Adiantamentos a fornecedores	<b>13</b>	14
Outras	<b>244</b>	117
	<b>673</b>	401
Variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas	<b>(313)</b>	159
	<b>(100)</b>	(336)

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **9. Projetos Estruturados**

Desde 1997, a Companhia vem estabelecendo parcerias operacionais com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de suas atividades de exploração e produção e projetos correlatos.

As sociedades de propósitos específicos associadas aos projetos estruturados são consolidadas com base na FIN 46(R) e as obrigações relativas aos projetos estruturados representam a dívida das SPEs consolidadas obtidas de financiadores.

Sob esses contratos, a Companhia é responsável por concluir o desenvolvimento dos campos de petróleo e gás, operá-los, arcar com todas as despesas operacionais referentes aos projetos e utilizar parte da receita líquida gerada pelos campos para financiar as dívidas das SPE's e para pagamento do retorno sobre o patrimônio. Ao término de cada financiamento de projeto, a Companhia poderá comprar os ativos arrendados ou transferidos das sociedades de propósito específico consolidadas constituídas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### **9. Projetos Estruturados (Continuação)**

As obrigações relativas aos projetos em andamento, em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, estão descritas resumidamente a seguir:

	<b>30 de junho de 2007</b>	<b>31 de dezembro de 2006</b>
Barracuda/Caratinga	<b>1.233</b>	1.405
Charter Development – CDC (1)	<b>976</b>	876
PDET Offshore S.A.	<b>931</b>	662
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos – CLEP	<b>909</b>	963
Cabiúnas	<b>725</b>	683
Transportadora Gasene	<b>720</b>	617
Codajás (2)	<b>597</b>	411
Cia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI	<b>291</b>	175
Nova Marlim	<b>149</b>	142
Nova Transportadora do Sudeste – NTS (3)	-	543
Nova Transportadora do Nordeste – NTN (3)	-	449
Espadarte/Voador/Marimbá (EVM) (4)	-	282
Outros	<b>155</b>	129
Títulos recomprados (5)	<b>(909)</b>	(963)
	<b>5.777</b>	6.374
Parcela circulante dos projetos estruturados	<b>(2.046)</b>	(2.182)
	<b>3.731</b>	4.192

(1) Charter Development – CDC é responsável por Marlim Leste (Projeto P-53).

(2) Codajás consolida a Transportadora Urucu - Manaus S.A., que é responsável pelo Projeto Amazônia.

(3) A Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a Nova Transportadora do Nordeste – NTN participam do consórcio responsável pelo Projeto Malhas. PifCo, uma subsidiária integral, antecipou o pagamento das obrigações relativas a estes projetos.

(4) Concluiu-se o projeto EVM no decorrer de 2007, saldando-se a obrigação.

(5) Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía saldos investidos no exterior em um fundo exclusivo. Esses títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos do saldo de títulos e valores mobiliários e financiamentos (veja também a Nota 7).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **9. Projetos Estruturados (Continuação)**

A Companhia recebeu adiantamentos no montante de US\$322, que estão registrados como obrigações com projetos estruturados e são relacionados a ativos atrelados a contratos com os investidores, incluídos no saldo do ativo imobilizado. Esses ativos e obrigações estão registrados pelo valor bruto, uma vez que a obrigação somente pode ser liquidada através da entrega do ativo totalmente construído. Em 30 de junho de 2007, as parcelas de longo prazo relativas aos projetos estruturados possuem os seguintes vencimentos:

2008	<b>456</b>
2009	<b>1.706</b>
2010	<b>515</b>
2011	<b>169</b>
2012	<b>128</b>
2013 em diante	<b>757</b>
	<b><u>3.731</u></b>

#### **Exercício de opção de compra das ações da EVM Leasing Co.**

Em 18 de junho de 2007, a Braspetro Oil Company (BOC), subsidiária integral da Petrobras, exerceu por US\$123 a opção de compra da totalidade das ações da EVM Leasing Co. (EVM), proprietária dos bens financiados, junto aos investidores e financiadores do projeto estruturado EVM, tendo em vista a conclusão da estrutura financeira e liquidação das demais obrigações contratuais do projeto pela Petrobras.

Visto que os juros variáveis da empresa na EVM Leasing Company estavam sob contabilização de acordo com o FIN 46(R), a aquisição da participação de 2007 não causou impacto expressivo nos registros contábeis consolidados da Petrobras.

#### **10. Arrendamento Mercantil**

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil para algumas plataformas marítimas e navios que são registrados como arrendamento mercantil. Em 30 de junho de 2007, o valor contábil líquido dos ativos arrendados era de US\$1.316 (US\$1.338 em 31 de dezembro de 2006).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### **10. Arrendamento Mercantil (Continuação)**

Em 30 de junho de 2007, os pagamentos mínimos futuros desses contratos de arrendamento são os seguintes:

2007	153
2008	303
2009	272
2010	218
2011	103
2012	45
2013 em diante	31
Provisão de pagamentos futuros de arrendamentos	<u>1.125</u>
Menos montante representando juros anuais de 6,2% a 12,0%	<u>(217)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	908
Menos parcela circulante de obrigações de arrendamento mercantil	<u>(213)</u>
Parcela de longo prazo de obrigações de arrendamento mercantil	<u>695</u>

#### **11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios**

A Companhia patrocina um plano de pensão de benefício definido para praticamente todos seus funcionários e proporciona certos benefícios de saúde para um número de funcionários ativos e inativos. Em 2006, a Companhia efetuou contribuições para os planos de pensão e saúde no montante de US\$362.

Os saldos relacionados a benefícios pós-aposentadoria estão representados a seguir:

	Em			
	30 de junho de 2007	31 de dezembro de 2006	31 de dezembro de 2006	31 de dezembro de 2006
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Passivo circulante	223	-	198	-
Exigível a longo-prazo	<u>5.436</u>	<u>6.369</u>	4.645	5.433
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria projetados	<u>5.659</u>	<u>6.369</u>	4.843	5.433
Outros resultados abrangentes acumulados	3.448	1.659	3.110	1.495
Efeito tributário	<u>(1.172)</u>	<u>(564)</u>	(1.058)	(508)
Saldo líquido registrado no patrimônio líquido	<u>2.276</u>	<u>1.095</u>	2.052	987



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)

O custo periódico de pensão líquido inclui os seguintes componentes:

	Em 30 de junho de			
	2007		2006	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Custo dos serviços-benefícios incorridos durante o período	103	49	87	40
Juros sobre obrigações estimadas com benefícios	948	300	850	296
Retorno estimado sobre os ativos do plano	(697)	-	(565)	-
Amortização da perda/(ganho) líquida (o)	85	39	157	68
Amortização de custo de serviço anterior	-	35	-	-
	<u>439</u>	<u>423</u>	<u>529</u>	<u>404</u>
Contribuições por parte dos funcionários	<u>(78)</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>-</u>
Custo de benefício periódico, líquido	<u><u>361</u></u>	<u><u>423</u></u>	<u><u>463</u></u>	<u><u>404</u></u>

O Plano Petros está fechado aos empregados do sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002 e a Companhia fez um seguro de vida em grupo para cobertura de todos os empregados admitidos posteriormente ao fechamento do plano; este seguro vigorará até 29 de agosto de 2007, data em que o Plano Petros 2 estará completamente implementado.

A Companhia vem avaliando alternativas para um novo modelo de plano de pensão suplementar, incluindo análises de arranjos negociados para a quitação de déficits atuariais.

Em 19 de abril de 2006, a Companhia, visando chegar a um acordo com relação a seu Plano de Previdência Complementar, apresentou aos participantes empregados e assistidos uma proposta para trazer equilíbrio ao atual Plano Petros e a implementação de um novo plano, denominado Plano Petros 2.

A execução da proposta apresentada pela Diretoria Executiva da Companhia estava sujeita a um conjunto de condições, incluindo a renegociação do Regulamento do Plano Petros, com relação aos meios de reajustar os benefícios e pensões considerando um índice significativo de adesão individual de participantes empregados e dependentes.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)**

A meta para o número mínimo de adesão à repactuação foi estabelecida em 2/3 (dois-terços) dos participantes e o prazo final para eles fazerem sua escolha foi 28 de fevereiro de 2007. A meta foi cumprida e a proposta apresentada pela Companhia tornou-se efetiva, alterando duas condições do plano: i) os aumentos de salário dos funcionários ativos não serão base para reajustamento dos salários dos funcionários aposentados, os quais serão reajustados pelo indexador de inflação (IPCA); e ii) eventuais reduções nas pensões geradas pelo plano governamental não serão absorvidas pelo Petros.

Em contrapartida pela aceitação da repactuação, os participantes e funcionários aposentados receberam o incentivo financeiro de US\$512 que foi registrado como componente de “Outras despesas operacionais”.

Há dois processos judiciais principais instaurados por alguns participantes contra a Petros, que são: i) a redução do limite de idade para participantes que entraram na Petrobras em 1978/1979 e; ii) o mesmo critério de cálculo de pensão para viúvas(os) adotado pelo INSS. A Petrobras está aguardando a decisão final desses processos para determinar se as solicitações levadas a juízo devem ser incluídas no cálculo das premissas atuariais e alternativas para financiar o plano de pensão em caso de perda.

Em 17 de agosto de 2007 a Diretoria da Empresa aprovou alterações no regulamento do Plano Petros, relativas à proposta apresentada no dia 19 de abril de 2006, que não afetarão materialmente as obrigações por benefícios projetadas. A Diretoria também aprovou mudanças no regulamento do Plano para incluir premissas relacionadas aos dois processos judiciais mencionados no parágrafo anterior, que irão aumentar “Benefícios pós-aposentadoria dos funcionários - Plano de pensão” no valor de US\$272 e “Outros resultados abrangentes acumulados, ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - Plano de pensão”, no valor de US\$180. Para que estas alterações e obrigações se tornem efetivas, estes processos têm que ser indeferidos.

A Diretoria também aprovou as bases do acordo a ser celebrado pela Petrobras e a Petros, que irá cobrir as obrigações com planos de pensão no montante de US\$2.474 que serão pagos em parcelas pelos próximos 20 anos e, também, prover garantias para esse montante, que já se encontra provisionado em 30 de junho de 2007.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **11. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios (Continuação)**

#### **Novo plano de benefícios (Plano Petros 2)**

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a implementação do novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, onde a Companhia, a partir de 1º de julho de 2007, iniciou a campanha de adesão aos empregados que atualmente estão sem este benefício.

Esse Plano foi concebido na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, com a capitalização de recursos através de contas individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo da conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidez e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular, ou pelo regime de recebimento em quotas por prazo indeterminado, além da garantia de um benefício mínimo.

A Petrobras e as demais patrocinadoras assumirão o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiveram sem plano, desde agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados ao longo dos primeiros meses durante o mesmo número de meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras. O valor máximo estimado deste compromisso atuarial em 30 de junho de 2007, caso seja aceito o novo plano por todos os novos funcionários, era de US\$176. O reflexo de aderir ao novo plano bem como seus respectivos custos de benefícios, serão contabilizados consoante os procedimentos determinados na SFAS 87, 132 e 158, sendo somente computado e reconhecido nas contas após a implementação do plano.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **12. Patrimônio Líquido**

O capital subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 30 de junho de 2007 e em 31 de dezembro de 2006, consistia de 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm quaisquer direitos a voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa. Ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos e retorno de capital.

A legislação brasileira em vigor dispõe que o Governo Federal retenha propriedade de 50% mais uma ação do capital votante da Companhia.

A relação entre o *American Depositary Shares* (ADS) e as ações de cada classe tem sido de quatro ações para uma desde de 1º de setembro de 2005.

Em 11 de maio de 2007, o Conselho de Administração, aprovou a alteração da relação entre as ações da Companhia e os *American Depositary Shares* (ADS's) das atuais 4 (quatro) ações para 1 (um) ADS para 2 (duas) ações para 1 (um) ADS. O objetivo dessa alteração na relação entre ação e ADS é facilitar ao pequeno investidor a compra de ADS's na Bolsa de Nova York (*New York Stock Exchange – NYSE*) e, conseqüentemente, ampliar a base de acionistas da Companhia. Essa decisão demonstra também a confiança da Companhia em seus resultados futuros. Esta alteração passou a valer a partir de 2 de julho de 2007. Todas as informações relativas a ADS nas demonstrações contábeis e notas explicativas foram alteradas para refletirem o resultado da alteração da relação entre as ações emitidas em nome da Companhia e os ADS's.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada juntamente com a Assembléia Geral Ordinária, em 2 de abril de 2007, os acionistas da Petrobras aprovaram um aumento do capital da Companhia para US\$24.623 (R\$52.644) mediante a capitalização de reservas de lucros acumulados durante os exercícios financeiros anteriores, no montante de US\$1.647 (R\$3.372), e de reserva estatutária, no montante de US\$492 (R\$1.008), e sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1, Lei Nº 6.404/76.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada, juntamente com a Assembléia Geral Ordinária, em 3 de abril de 2006, os acionistas da Companhia aprovaram aumento no capital da Companhia para US\$22.397 (R\$48.248), através da capitalização de lucros acumulados durante os exercícios financeiros anteriores, no montante de US\$6.969 (R\$15.012), sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1, Lei No 6.404/76.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **12. Patrimônio Líquido (Continuação)**

De acordo com o artigo 29, inciso II do Estatuto Social da Companhia, em 15 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração autorizou a recompra de parte das ações preferenciais em circulação para cancelamento futuro, utilizando-se de recursos provenientes das reservas de lucro sujeitas às seguintes condições:

- a) Objetivo: reduzir o excedente de caixa e adequar a estrutura de capital, contribuindo para reduzir o custo do capital da Petrobras;
- b) Valor: até 91.500.000 ações preferenciais, correspondente a 4,9% do total dessa classe de ação em circulação, que é de 1.850.364.698 ações;
- c) Preço: a aquisição ocorrerá na Bolsa de Valores, a valores de mercado nas datas de aquisição ao longo do prazo de recompra;
- d) Prazo: até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir de 15 de dezembro de 2006.

Em 25 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou a distribuição da remuneração aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, de acordo com o Artigo 9 da Lei no. 9.249/95 e os Decretos nos. 2.673/98 e 3.381/00, no valor de US\$1.139, o que corresponde ao valor bruto de US\$0,26 por ação ordinária e preferencial. Este montante já se encontra provisionado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 30 de junho de 2007 e representa um valor inferior às obrigações mínimas com relação aos dividendos exigidos pelo estatuto da Companhia. A provisão dos juros sobre capital próprio gerou créditos de imposto de renda e contribuição social no montante de US\$365.

Os juros sobre o capital próprio serão disponibilizados aos acionistas até 31 de janeiro de 2008 com base na posição acionária de 17 de agosto de 2007, correspondendo a US\$0,26 por ação ordinária e preferencial, e serão deduzidos dos dividendos a serem distribuídos no fim do exercício social de 2007, corrigidos de acordo com a variação da taxa Selic, caso pagos antes de 31 de dezembro de 2007, a partir da efetiva data de pagamento até o final daquele exercício social. Caso sejam pagos em 2008, o valor a ser pago será corrigido mensalmente de acordo com a variação da taxa Selic a partir de 31 de dezembro de 2007 até a data de início do pagamento.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

#### **12. Patrimônio Líquido (Continuação)**

Estes juros sobre o capital próprio estão sujeitos ao imposto de renda de 15% (quinze por cento), salvo no caso dos acionistas que declararem sua imunidade ou isenção.

A Assembléia Geral Ordinária de 02 de abril de 2007 aprovou dividendos referentes ao exercício de 2006, no montante de US\$3.693, correspondente a US\$0,84 por ação ordinária e preferencial, e incluem as parcelas de juros sobre capital próprio, dos quais US\$2.052 foram disponibilizados aos acionistas em 04 de janeiro de 2007, correspondente a US\$0,47 por ação, com base na posição acionária de 31 de outubro de 2006, US\$923 foram disponibilizados em 30 de março de 2007, com base na posição acionária de 28 de dezembro de 2006, correspondente a US\$0,21 por ação e o saldo de US\$718, correspondente a US\$0,16 por ação, foi disponibilizado em 17 de maio de 2007, com base na posição acionária de 02 de abril de 2007.

Estes dividendos foram atualizados monetariamente, de acordo com a variação da taxa Selic, a partir de 31 de dezembro de 2006 até 17 de maio de 2007, data inicial de pagamento de cada parcela.

O lucro líquido básico e diluído por ação foi determinado como segue:

	<b>Período de seis meses findo em</b>	
	<b>30 de junho de</b>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Lucro líquido do período	<b>6.493</b>	6.514
Menos dividendos atribuíveis a ações preferenciais	<b>(878)</b>	(545)
Menos dividendos atribuíveis a ações ordinárias, até o limite dos dividendos atribuíveis a ações preferenciais, por ação	<b>(1.203)</b>	(747)
Saldo do lucro líquido remanescente a ser alocado igualmente às ações ordinárias e preferenciais	<b>4.412</b>	5.222
Média ponderada do número de ações em circulação		
Ordinárias	<b>2.536.673.672</b>	2.536.673.672
Preferenciais	<b>1.850.394.698</b>	1.849.478.028
Lucro básico e diluído por:		
Ação ordinária e preferencial	<b>1,48</b>	1,49
ADS ordinária e preferencial	<b>2,96</b>	2,98 (*)

\*Atualizado considerando o efeito da alteração da relação entre as ações emitidas em nome da Companhia e os "American Depositary Shares", realizada em 2 de julho de 2007.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **13. Compromissos e Contingências**

A Companhia está sujeita a determinados compromissos e contingências resultantes do curso normal de suas operações. Além disso, as operações e os resultados da Companhia têm sido, e podem ser no futuro, afetados de diferentes formas por alterações na legislação brasileira, influências do Governo Federal como acionista majoritário da Companhia, pela situação da economia brasileira, pela venda forçada de ativos, aumento de impostos, processos fiscais retroativos e pela legislação ambiental. Não é possível estimar no momento a probabilidade de ocorrência dessas contingências e o seu efeito sobre a Companhia.

#### **a) Processos judiciais**

A Companhia está envolvida em diversos processos judiciais de natureza cível, tributária, trabalhista, corporativa e ambiental, resultantes das suas operações. A Companhia constituiu provisões para processos judiciais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis.

Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, as provisões por tipo de processo estavam apresentadas da seguinte forma:

	<u>30 de junho de 2007</u>	<u>31 de dezembro de 2006</u>
Processos trabalhistas	43	38
Processos fiscais	84	47
Processos cíveis	111	97
Processos comerciais e outras contingências	<u>37</u>	<u>51</u>
Total	<u>275</u>	<u>233</u>
Contingências no curto prazo	<u>(53)</u>	<u>(25)</u>
Contingências no longo prazo	<u>222</u>	<u>208</u>

Em 30 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2006, de acordo com a legislação brasileira, a Companhia efetuou depósitos judiciais nos valores de US\$879 e US\$816, respectivamente, como garantia para essas e outras demandas até que sejam liquidadas. Estes valores estão refletidos no balanço patrimonial como depósitos vinculados a processos judiciais e garantias.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **13. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **b) Questões ambientais**

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais. Essas leis disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais no meio ambiente e estabelecem que os efeitos das operações da Companhia sobre o meio ambiente devem ser por ela corrigidos ou mitigados.

A Administração da Companhia considera que quaisquer despesas incorridas para corrigir ou mitigar possíveis impactos ambientais não devem ter efeito significativo nas operações ou no fluxo de caixa.



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios

Os ativos da Companhia segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Em 30 de junho de 2007							
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.346	11.019	1.951	2.429	2.592	11.789	(4.946)	29.180
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	9.007	-	9.007
Outros ativos circulantes	4.346	11.019	1.951	2.429	2.592	2.782	(4.946)	20.173
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	43	1.306	445	1.602	21	197	-	3.614
Imobilizado, líquido	39.469	11.648	8.577	6.759	1.659	1.371	(4)	69.479
Ativo realizável a longo prazo	1.423	473	1.175	609	464	3.705	(518)	7.331
Conta Petróleo e Álcool	-	-	-	-	-	412	-	412
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	657	-	657
Outros ativos	1.423	473	1.175	609	464	2.636	(518)	6.262
Total do ativo	45.281	24.446	12.148	11.399	4.736	17.062	(5.468)	109.604

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 30 de junho de 2007						
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.742	1.042	1.065	152	707	(2.279)	2.429
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.742	1.042	1.065	152	707	(2.279)	2.429
Participações em empresas não Consolidadas e outros investimentos	939	360	258	20	25	-	1.602
Imobilizado, líquido	5.459	837	206	163	119	(25)	6.759
Ativo realizável a longo prazo	594	47	58	13	367	(470)	609
Outros ativos	594	47	58	13	367	(470)	609
Total do ativo	8.734	2.286	1.587	348	1.218	(2.774)	11.399

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2006							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	15.413	(2.697)	30.955
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	12.688	-	12.688
Outros ativos circulantes	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	2.725	(2.697)	18.267
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	33	970	394	1.721	20	124	-	3.262
Imobilizado, líquido	33.979	9.828	6.828	5.722	1.468	1.072	-	58.897
Ativo realizável a longo prazo	1.388	354	1.119	460	209	2.523	(487)	5.566
Conta Petróleo e Álcool	-	-	-	-	-	368	-	368
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	479	-	479
Outros ativos	1.388	354	1.119	460	209	1.676	(487)	4.719
Total do ativo	38.366	20.820	9.597	10.274	3.675	19.132	(3.184)	98.680

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2006						Total
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	990	360	280	66	25	-	1.721
Imobilizado, líquido	4.436	834	216	162	94	(20)	5.722
Ativo realizável a longo prazo	546	36	49	13	669	(853)	460
Outros ativos	546	36	49	13	669	(853)	460
Total do ativo	7.458	2.249	1.499	375	1.007	(2.314)	10.274

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Receitas e lucro líquido segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2007							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	1.222	22.616	1.502	3.529	10.095	-	-	38.964
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	16.377	8.278	516	555	235	-	(25.961)	-
Receitas operacionais líquidas	17.599	30.894	2.018	4.084	10.330	-	(25.961)	38.964
Custo das vendas	(6.645)	(26.198)	(1.816)	(3.015)	(9.350)	-	25.571	(21.453)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.543)	(485)	(104)	(254)	(73)	(80)	-	(2.539)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(206)	-	-	(300)	-	-	-	(506)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(170)	(855)	(201)	(335)	(501)	(681)	37	(2.706)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(198)	(73)	(41)	(1)	(3)	(82)	-	(398)
Outras despesas operacionais	(193)	(204)	(136)	(46)	(50)	(683)	-	(1.312)
Custos e despesas	(8.955)	(27.815)	(2.298)	(3.951)	(9.977)	(1.526)	25.608	(28.914)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	5	33	68	-	(31)	-	75
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(100)	-	(100)
Despesas com benefícios aos participantes aposentados	-	-	-	-	-	(467)	-	(467)
Outros tributos	(15)	(35)	(21)	(32)	(44)	(162)	-	(309)
Outras despesas, líquidas	(6)	(2)	(9)	50	(2)	(3)	-	28
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	8.623	3.047	(277)	219	307	(2.289)	(353)	9.277
Benefício (despesa) de imposto de renda	(2.931)	(1.034)	105	(134)	(104)	1.376	120	(2.602)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(3)	(12)	(42)	(106)	-	(19)	-	(182)
Lucro (prejuízo) líquido do período	5.689	2.001	(214)	(21)	203	(932)	(233)	6.493

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, apresentaremos as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2007						Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	363	1.939	300	907	13	7	3.529
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	870	720	28	5	-	(1.068)	555
Receitas operacionais líquidas	1.233	2.659	328	912	13	(1.061)	4.084
Custo das vendas	(480)	(2.454)	(275)	(860)	(13)	1.067	(3.015)
Depreciação, exaustão e amortização	(199)	(31)	(8)	(10)	(6)	-	(254)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(300)	-	-	-	-	-	(300)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(95)	(64)	(9)	(59)	(108)	-	(335)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais	(51)	2	7	5	(9)	-	(46)
Custos e despesas	(1.125)	(2.547)	(285)	(924)	(137)	1.067	(3.951)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	1	30	13	-	24	-	68
Outros tributos	(4)	(1)	-	(2)	(25)	-	(32)
Outras despesas, líquidas	(2)	23	11	-	18	-	50
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária minoritária	103	164	67	(14)	(107)	6	219
Benefício (despesa) de imposto de renda	(81)	(25)	-	(3)	(25)	-	(134)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(39)	(58)	(8)	7	(8)	-	(106)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(17)	81	59	(10)	(140)	6	(21)

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, apresentaremos as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2006							Total
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (Vide demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	1.061	20.556	1.369	1.919	8.616	-	-	33.521
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	16.394	7.011	610	552	137	-	(24.704)	-
Receitas operacionais líquidas	17.455	27.567	1.979	2.471	8.753	-	(24.704)	33.521
Custo das vendas	(6.112)	(24.045)	(1.694)	(1.419)	(7.921)	-	23.947	(17.244)
Depreciação, exaustão e amortização	(959)	(303)	(78)	(210)	(66)	(17)	-	(1.633)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(162)	-	-	(139)	-	-	-	(301)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(204)	(634)	(175)	(231)	(516)	(552)	20	(2.292)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(165)	(62)	(30)	(1)	(2)	(79)	-	(339)
Outras despesas operacionais	61	20	(60)	(5)	13	(271)	(30)	(272)
Custos e despesas	(7.541)	(25.024)	(2.037)	(2.005)	(8.492)	(919)	23.937	(22.081)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	5	28	23	-	1	-	57
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(336)	-	(336)
Despesas com benefícios aos participantes aposentados	-	-	-	-	-	(508)	-	(508)
Outros tributos	(15)	(48)	(21)	(31)	(38)	(134)	-	(287)
Outras despesas, líquidas	(54)	(7)	(5)	(1)	-	35	-	(32)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	9.857	2.493	(56)	457	223	(1.861)	(767)	10.334
Benefícios (despesas) de imposto de renda	(3.347)	(848)	28	(137)	(76)	627	261	(3.490)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(110)	(12)	(108)	(110)	-	10	-	(330)
Lucro (prejuízo) líquido do período	6.388	1.635	(136)	210	147	(1.224)	(506)	6.514

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, apresentaremos as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

#### 14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2006						Total
	Internacional						
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	384	541	328	656	10	-	1.919
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	860	759	21	2	-	(1.090)	552
Receitas operacionais líquidas	1.244	1.300	349	658	10	(1.090)	2.471
Custo das vendas	(417)	(1.161)	(262)	(671)	(11)	1.103	(1.419)
Depreciação, exaustão e amortização	(159)	(32)	(6)	(7)	(6)	-	(210)
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	(139)	-	-	-	-	-	(139)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(71)	(33)	(6)	(40)	(81)	-	(231)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Outras despesas operacionais	16	-	10	3	(34)	-	(5)
Custos e despesas	(770)	(1.226)	(264)	(715)	(133)	1.103	(2.005)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	15	8	(2)	-	2	-	23
Outros tributos	(6)	(2)	-	(1)	(22)	-	(31)
Outras despesas, líquidas	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL e participação minoritária	482	80	83	(58)	(143)	13	457
Benefício (despesa) de imposto de renda	(130)	(20)	(24)	16	25	(4)	(137)
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	(87)	(19)	(12)	15	(16)	9	(110)
Lucro líquido (prejuízo) do período	265	41	47	(27)	(134)	18	210

Uma parcela das despesas relativas às usinas termoeletricas ociosas foi lançada no Custo das vendas, visto que as referidas despesas estão associadas às vendas de energia, que por sua vez estão associadas à capacidade disponível para venda, independente do volume efetivamente gerado.

Para unificar o critério de alocação de despesas com segurança, saúde e meio ambiente, optamos por alocar tais despesas integralmente a outras despesas operacionais. As despesas relativas ao treinamento dos novos funcionários da Petrobras acham-se alocadas de acordo com a área de cada funcionário, não sendo mais lançadas na sua totalidade em despesas administrativas corporativas.

Para manutenção da base de comparação entre os períodos, apresentaremos as demonstrações contábeis anteriores de acordo com os novos critérios acima referidos.



(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(Exceto quando especificamente indicado)  
(Não auditado)

---

### **14. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)**

Os gastos de capital por segmento de negócio nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2007 e 2006 estão apresentados abaixo:

	Período de seis meses findo em	
	30 de junho de	
	2007	2006
Exploração e Produção	4.676	3.476
Abastecimento	1.184	904
Gás e Energia	678	472
Internacional		
Exploração e Produção	1.709	602
Abastecimento	94	50
Distribuição	13	6
Gás e Energia	3	-
Distribuição	187	127
Corporativo	323	342
	<u>8.867</u>	<u>5.979</u>

### **15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia**

A nova Lei Boliviana de Hidrocarbonetos 3.058 está em vigor desde 19 de maio de 2005. Essa lei revoga a Lei de Hidrocarbonetos anterior 1.689, datada de 30 de abril de 1996.

A nova lei estabelece, entre outros pontos, uma carga tributária maior para as empresas do setor, por meio de *royalties* de 18% e de um imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH) de 32%, a ser aplicado diretamente sobre 100% da produção, os quais se somem aos impostos em vigor em virtude da Lei N° 843. Além disso, a nova legislação determina a migração dos contratos de risco compartilhados para novos contratos observando os modelos estabelecidos na Lei, e introduz modificações na atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo.

Em 30 de junho de 2006, venceu o prazo dos contratos que as grandes empresas distribuidoras tinham para a distribuição de hidrocarbonetos na Bolívia. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) assumiu, a partir desta data, a distribuição nacional. A empresa Petrobras Bolívia Distribución, que mantinha adjudicada grande parte deste negócio, continua atuando no segmento através das estações de serviço de sua propriedade.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à YPFB toda a produção de hidrocarbonetos.

Adicionalmente, mediante o mencionado decreto, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a YPFB controlasse com, no mínimo, 50% mais 1 ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A. – PBR, da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação (Petrobras International Braspetro B.V. – 51% e Petrobras Energia S.A. – 49%).

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram com a YPFB contratos de operação dos blocos San Alberto, San Antonio, Rio Honda e Ingre, que são operados pela Petrobras. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela YPFB, devendo ser reembolsados ao titular (Petrobras), os custos de produção e investimentos realizados pela Companhia, além do pagamento da remuneração calculada de acordo com a tabela de participação variável estabelecida no contrato. Em documento, anexo aos contratos, intitulado “Investimentos feitos”, a Petrobras e seus sócios declaram o total investido, líquido de amortização, que foi revisado por auditores contratados pelo Ministério dos Hidrocarbonetos. Esses contratos de operação foram protocolados e entraram em vigor a partir de 02 de maio de 2007 e não geraram efeito nas demonstrações financeiras da Petrobras.

Em função do Decreto Supremo 29.122, emitido em 06 de maio de 2007, o qual estabelece que a YPFB será o único exportador de petróleo reconstituído e gasolina branca, principais produtos comercializados pela PBR, em 07 de maio de 2007, a Petrobras apresentou uma oferta de venda da totalidade das ações da PBR para a YPFB, a qual foi aceita pelo Governo Boliviano, em 12 de maio de 2007, através do Decreto Supremo 29.128. Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da PBR, com a transferência de 100% das ações para a YPFB pelo montante de US\$112 em 2 parcelas, já liquidadas em 11 de junho de 2007 e em 13 de agosto de 2007.

O ganho apurado pela Petrobras na alienação das ações da PBR encontra-se registrado em “Outras despesas, líquidas” no montante de US\$35.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **15. Nova Lei de Hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

Adicionalmente, o contrato estabelece que o resultado líquido positivo apurado pela PBR, entre 01 de abril de 2007 e 25 de junho de 2007, será pago às vendedoras até 31 de maio de 2008, tendo sido provisionado o montante aproximado de US\$21.

### **16. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela**

Em março de 2006, a Pesa, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP) Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas. Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%. De acordo com o que estabelece o MDE, a CVP reconheceu créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participam das empresas mistas, que não estão sujeitos a juros e podem ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição de qualquer novo projeto de empresa mista para o desenvolvimento de atividades de exploração e produção de petróleo ou de licença para o desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás na Venezuela. Os créditos atribuídos à PESA correspondem a US\$88,5.

A migração dos contratos produziu efeitos econômicos a partir de 01 de abril de 2006. Em agosto de 2006, foram firmados os contratos de conversão de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata e foram constituídas as empresas Petroritupano S.A., Petrowayú S.A., Petrovenbras S.A. e Petrokariña S.A. as quais, respectivamente, irão operar nas áreas acima mencionadas.

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 01 de abril de 2006 a Pesa deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A partir dessa data e até que as empresas mistas se encontrassem em condições operacionais, as atividades foram provisoriamente dirigidas por um comitê executivo integrado principalmente por representantes da PDVSA.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **16. Revisão dos Convênios Operacionais na Venezuela (Continuação)**

Os resultados das operações realizadas pelas empresas mistas no período de janeiro a junho de 2007 foram considerados com base nas melhores informações contábeis disponíveis geradas pelas novas companhias. A materialização de certas estimativas depende de fatos futuros, alguns dos quais estão fora do controle direto da Companhia.

### **17. Aquisição da Ipiranga**

Em 18 de abril de 2007, Ultrapar (a “Comissária”), tendo Braskem S.A. e Petróleo Brasileiro SA - Petrobras (mediante acordo de comissão) como intervenientes, adquiriu pela quantia de US\$2.694 (R\$5.486 milhões), 61,6% das ações ordinárias e 13,8% das ações preferenciais de Refinaria de Petróleo Ipiranga SA (“RPI”), 65,5% das ações ordinárias e 12,6% das ações preferenciais de Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga SA (“DPPI”) e 3,6% das ações ordinárias e 0,4% das ações preferenciais de Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (“CBPI”), possuídas pelos acionistas controladores do Grupo Ipiranga.

Nos termos do acordo assinado pela Ultrapar, Braskem e Petrobras, a Ultrapar passou a deter o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste (“Ativos de Distribuição Sul”), a Petrobras deterá o controle dos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (“Ativos de Distribuição Norte”), e a Braskem passou a deter o controle dos ativos petroquímicos, representados pela Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ) e pela participação desta na Companhia Petroquímica do Sul (Copesul). Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo detidos pela Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI) serão compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

Em 18 de abril de 2007, Ultrapar, Petrobras e Braskem pagaram, conforme o acordado no termo de compra e venda celebrado em 18 de março de 2007, US\$1.017 relativos à parcela dos acionistas controladores do Grupo Ipiranga, dos quais US\$365 foram pagos pela Petrobras.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **17. Aquisição da Ipiranga (Continuação)**

Petrobras adiantou os US\$365 à Comissária, a qual será responsável pela reorganização societária do negócio adquirido, e que será a seguir permutado pelo adiantamento com base no contrato. Estima-se que a operação esteja concluída até o final de 2007.

A operação foi apresentada à aprovação das autoridades antimonopólio (o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), dentro das exigências da legislação e regulamentação competente.

A Ultrapar é a responsável por executar a reorganização societária das empresas adquiridas, com o objetivo de separar os ativos atribuídos a cada uma das empresas adquirentes, cujas etapas são:

- a) Oferta Pública de “Tag Along” para aquisição das ações ordinárias de emissão de RPI, DPPI e CBPI (com registro na CVM em 02 de maio de 2007);
- b) Incorporação pela Ultrapar das ações de emissão da RPI, DPPI e CBPI;
- c) Segregação dos ativos sendo: (i) redução de capital da RPI e da CBPI, a fim de transferir os ativos petroquímicos diretamente para a Ultrapar, para posterior entrega à Braskem e à Petrobras, nos termos da comissão, e (ii) cisão da CBPI para transferir os ativos de distribuição norte a uma sociedade controlada pela Petrobras.

Atualmente, a operação se encontra na fase de realização de Oferta Pública de Ações (OPA's) para aquisição das ações ordinárias de emissão da RPI, DPPI e CBPI. O pedido de registro da OPA foi encaminhado à CVM em 02 de maio de 2007 e está sendo analisado por esta autarquia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **17. Aquisição da Ipiranga (Continuação)**

Nos negócios petroquímicos, Petrobras e Braskem encaminharam à CVM, em 18 de abril de 2007, pedido de registro de OPA de fechamento de capital da Copesul, que também se encontra em análise. Já com relação à IPQ, as mesmas empresas encaminharam em 18 de maio de 2007, pedido de registro de OPA de Tag Along, o que permitiu a aquisição privada das ações de emissão detidas pelos minoritários em 28 de junho de 2007 com a liquidação financeira e transferência das ações pelos acionistas. O valor da operação foi estimado em US\$60 (R\$118.000 mil) e o veículo utilizado para aquisição foi uma sociedade de propósito específico: EDSP67 Participações S.A., controlada pela Ipiranga Química S.A. Em 04 de julho de 2007, a CVM deferiu o pedido de dispensa da referida OPA e, em 18 de julho de 2007, a IPQ teve seu registro de companhia aberta cancelado.

Após a 1ª fase da aquisição, nos negócios petroquímicos, a Petrobras passou a deter na Ipiranga Química 8,94% do capital total e 27,13% do capital votante, a quantia paga de US\$211 (R\$429.405 mil) foi registrada como “Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos”.

Na atividade de refino, Petrobras detém 10,01% do capital total de RPI, registrando a quantia total de US\$1,5 (R\$3.013 mil) em “Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos” e reconhecendo uma provisão para perda no mesmo valor devido ao patrimônio líquido negativo.

Em 16 de maio de 2007, a CADE aprovou o acordo denominado “Termo para a Preservação da Reversibilidade da Operação” (TPRO), o qual faculta à Petrobras indicar um administrador e implementar uma política de governança que garanta a preservação dos bens e dos direitos dos acionistas minoritários. O cronograma para a realização da operação permanece inalterado.

Com o APRO, a gestão dos ativos de distribuição adquiridos pela Petrobras passa a ser conduzida de forma independente da gestão dos ativos adquiridos pela Ultrapar.

O gestor dos ativos de distribuição da Petrobras foi selecionado no mercado e deverá conduzir os negócios até a decisão final do CADE sobre a operação.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **17. Aquisição da Ipiranga (Continuação)**

Nos negócios de distribuição, a Petrobras registrou a parcela de US\$154 (R\$313.342 mil), relativa aos ativos de distribuição, como adiantamento em “Outros ativos”, no Realizável a Longo Prazo em função do APRO, aguardando decisão final do CADE sobre a operação.

### **18. Eventos Subseqüentes**

#### **a) Participação especial do campo de Marlim**

Estabeleceu-se a cobrança da Participação Especial através da Lei do Petróleo nº 9.478/97, para remunerar as atividades de produção de petróleo e que incide sobre a produção de elevados volumes e/ou a lucratividade de nossos campos.

Em 18 de julho de 2007, a Petrobras foi notificada de nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de novas verbas, no montante de US\$208 (R\$400 milhões) consideradas devidas, retroativamente a 1998, anulando a anterior Resolução da Diretoria, de 16 de agosto de 2006.

A Petrobras está avaliando juridicamente a questão, não sendo descartada a possibilidade de ajuizamento de ação para evidenciar a validação dos procedimentos adotados pela Companhia e resguardar os interesses dos seus acionistas.

A posição dos assessores jurídicos da Petrobras é de que a expectativa de desembolso para os valores reclamados é remota.

#### **b) Aquisição da Suzano Petroquímica**

A Petrobras, em 03 de agosto de 2007, celebrou um contrato de compra e venda de ações, que prevê a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Suzano Petroquímica S.A (SZPQ), detidas, direta ou indiretamente, pelos controladores da Suzano Holding S.A (SH), pelo preço total de US\$1.090, a ser ratificado pela Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Petrobras a ser oportunamente convocada conforme determina o artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS E SUBSIDIÁRIAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em milhões de dólares norte-americanos

(Exceto quando especificamente indicado)

(Não auditado)

---

### **18. Eventos Subseqüentes (Continuação)**

#### **b) Aquisição da Suzano Petroquímica (Continuação)**

Esta operação está sujeita ao processo de “due diligence”, à conclusão dos atos societários para a estruturação da transação, a todos os procedimentos previstos nos acordos de acionistas dos quais a SZPQ faz parte, e à anuência da alteração do controle da Companhia pelos credores da SZPQ, nos termos dos contratos de financiamentos pactuados, dentre outros.

A operação será dividida em três etapas:

- (a) Aquisição das ações dos controladores indiretos da SZPQ;
- (b) Oferta Pública de “Tag Along” SZPQ; e
- (c) Oferta Pública de Cancelamento de Registro da SZPQ.

Assumindo que a Oferta Pública para Cancelamento de Registro tenha os mesmos termos financeiros da Oferta Pública de “Tag Along”, o valor a ser desembolsado nas OPAs seria de US\$311, totalizando US\$1.401 para a aquisição de 100% das ações da SZPQ.

A operação será apresentada às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Secretaria de Direito Econômico – SDE, e Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE), no prazo e forma assinalados pela legislação em vigor.